

# A mudança essencial para as Forças Armadas do Brasil



» GUNTHER RUDZIC  
Professor de relações internacionais da ESPM e professor convidado da Unifa. Foi assessor do ministro da Defesa

Para tanto, foi fundamental a intensificação das relações civis-militares, uma das interações mais complexas em qualquer Estado, mais ainda nas democracias, na elaboração dos parâmetros definidores do sistema nacional de defesa. Enquanto de um lado há o poder legítimo advindo das urnas, e que é responsável pela elaboração de todas as políticas públicas setoriais, de outro há as especificidades de uma área fundamentalmente conservadora, que se modifica muito mais lentamente que os mandatos políticos.

O estamento militar é dotado de um *ethos* específico que o diferencia das demais carreiras de Estado, pois espera-se que o soldado, se necessário, se disponha a lutar, até com o sacrifício da própria vida, na defesa da nação. É essencial, para tanto, que o poder político explicita com clareza o que o país espera de suas Forças Armadas, bem como pretende organizá-las, para que possam bem cumprir sua missão.

Ainda que a diretriz parta necessariamente do poder político, cabe ao Ministério da Defesa propor os documentos balizadores que irão orientar a estrutura e o emprego do aparato militar. Não há ainda, no entanto, um planejamento central que preveja, por exemplo, o efetivo emprego conjunto das Forças.

No Brasil, essa discussão existe há algum tempo. No entanto, essa alteração na cadeia de comando nunca foi levada adiante. Em consequência, apesar da criação de doutrina e exercícios conjuntos, nossas Forças não estão ainda aptas a enfrentar, com eficiência, uma guerra moderna.

Tais dificuldades se relacionam, entre outras razões, com as diferenças de pontos de vista entre as Forças Armadas ao tentarem compatibilizar perspectivas estratégicas e doutrinárias, bem como prioridades na utilização de recursos, normalmente escassos.

Há várias propostas de mudanças para o setor sendo discutidas no Congresso Nacional, mas nenhuma vai na direção do essencial, que seria a criação da carreira civil no Ministério da Defesa. Proposta desde os anos 2000, não seguiu adiante tendo em conta a "militarização" do Ministério, que prioriza ainda as perspectivas de cada Força singular, sem valorizar os aportes de formuladores civis.

Da mesma forma, o cargo do ministro da Defesa, de natureza política, deve ser ocupado por pessoa capaz de conduzir, livre de pressões corporativas ou de interesses setoriais, os ajustes necessários com vistas ao reforço da capacidade defensiva do país.

Para que tal mudança ocorra, contudo, é essencial o papel do parlamento. Em todos os países em que houve modernização do sistema de defesa, os legisladores tiveram papel central. E, para que isso ocorra no Brasil, é preciso que a classe política passe a se interessar e a se aprofundar nas questões militares e de defesa nacional. Já há hoje vários centros de estudos de defesa civis reconhecidos no Brasil, com especialistas preparados para assessorá-los no reforço da defesa do país nesta nova era de incertezas.



## O avanço da educação integral em Goiás



» RONALDO CAIADO  
Governador do estado de Goiás, médico, foi senador da República e deputado federal

várias frentes. Em ações sistêmicas, como o aumento do investimento público, e em iniciativas simbólicas, mas cheias de significado, que demonstrem à população que a educação é o caminho para o progresso. Por isso, fiz questão de premiar os estudantes da rede pública e seus professores que se destacaram na redação do Enem. Essas ações não podem ser isoladas; é necessário engajar continuamente jovens e educadores, mostrando que a educação é a base para todas as conquistas.

O segundo ponto é o tempo na escola. Em países como Austrália e Dinamarca, os estudantes chegam a ter 50% a mais de tempo de aula do que no Brasil. Isso significa que o que chamamos de ensino em tempo integral aqui é uma escola comum em países mais ricos. É por isso que tem crescido o investimento em educação integral em Goiás, com 263 escolas já implementadas. No entanto, não basta apenas aumentar o tempo em sala de aula; é preciso que esse tempo seja significativo e utilizado para que o estudante se sinta parte da escola. Por isso, oferecemos acesso a disciplinas eletivas pensadas de acordo com os projetos de vida desses jovens. Esse tempo adicional também possibilita um acompanhamento mais próximo por parte dos professores, fortalecendo o vínculo e a qualidade da aprendizagem.

Os impactos vão além do desempenho acadêmico. Estudos realizados pela USP indicam que a implantação de escolas integrais está associada à redução de internações por transtornos de comportamento. Outro estudo da mesma universidade revelou que, nos municípios do Centro-Oeste com maior volume de escolas integrais, houve uma redução de mais de 7% nos dias de internação por anemia, desnutrição e suas sequelas entre jovens de 15 a 17 anos. Essa melhoria está

diretamente ligada à alimentação escolar oferecida nas escolas de tempo integral, que garantem refeições balanceadas e nutritivas, como café da manhã, almoço e lanche, contribuindo para a saúde e o desenvolvimento dos estudantes.

Esses dados mostram que a educação integral é também uma ferramenta poderosa para promover saúde e bem-estar, reforçando o vínculo dos jovens com o ambiente escolar e impactando positivamente sua qualidade de vida. Experiências em outros estados, como Pernambuco e São Paulo, mostram que a modalidade também contribui para a redução da violência e para o aumento do acesso ao mercado de trabalho com melhores remunerações — aspectos fundamentais para garantir um futuro digno aos jovens. Em Goiás, estamos colhendo os frutos desse investimento, mas sabemos que ainda há muito a ser feito.

É claro que há desafios para que a educação integral alcance a todos. Por isso, estamos atuando para garantir que os estudantes possam escolher onde querem estudar e que tenham as condições para permanecer na escola. Nosso programa Bolsa Escola assegura apoio financeiro a estudantes de baixa renda, uma lógica que também inspirou o programa federal Pé-de-Meia. Essas iniciativas são essenciais para que nenhum jovem fique para trás.

Resultados educacionais não surgem no curto prazo; são fruto de investimento contínuo e sistêmico, de um reforço constante na crença de que a educação transforma vidas. Em Goiás, seguimos trabalhando com essas diretrizes, comprometidos em garantir que cada jovem tenha acesso a uma educação de qualidade e ao pleno desenvolvimento de seu potencial.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960 (Circe Cunha (interina))



circecunha.df@dabr.com.br

## Compromisso com o futuro

Historiadores costumam considerar que a coletividade, comumente denominada povo, é, no mais das vezes, uma porção de ninguém, por sua pouca ou nenhuma influência no correr dos acontecimentos políticos dentro do Estado. Em países apontados como subdesenvolvidos, essa situação de passividade é mais visível e presente. É como dizem: a massa é mole. Não se movimenta por ação de ideologias. A única coisa capaz de levar o povo às ruas, com disposição para mudar o cenário cotidiano, são a fome e a carestia no preço dos alimentos. Só quando o incômodo chega ao estômago é que a coisa anda ou desanda de vez.

Isso explica por que a aprovação ou a desaprovação de um governo por parte do público só se dá quando a queda ou o aumento nos preços dos alimentos acontece. Fora dessa causa, o que se tem é o marasmo. Talvez por esse motivo, os preços dos alimentos expostos nos supermercados sejam o maior indicador para ruas vazias ou tomadas por manifestantes. Nesse sentido, qualquer déspota que deseje manter-se no poder indefinidamente deve, antes de tudo, fazer o possível ou o impossível para manter também o acesso fácil da população aos alimentos.

Para muitos pensadores liberais, isso explica porque a coletividade acaba sempre sendo também uma abstração. Qualquer indivíduo que tenha que escolher entre ser o protagonista da própria vida ou ser um salvador do planeta escolherá a primeira opção. Mesmo nos regimes socialistas mais extremados, o sonho de cada um nunca é, primordialmente, pelo crescimento do coletivo. Optamos sempre por escolher a nós mesmos em primeiro lugar. No mais das vezes, é a própria dignidade que empurra o indivíduo para essa escolha. O indivíduo dissolvido no meio da sociedade e que se vê impossibilitado de escolher o próprio caminho é sempre um alvo fácil para doenças como a depressão.

Por essa razão, os países de economia e política centralizadas jamais divulgam a quantidade de indivíduos acometidos de depressão ou tristeza profunda. Isso ocorre porque o mérito pessoal, que anteriormente era sempre celebrado como o motor do progresso pessoal e coletivo, foi sendo substituído gradativamente pelo esforço pessoal em prol da coletividade. A desmotivação do esforço e mérito pessoal é uma das causas do fracasso da quase totalidade dos regimes centralizados. Essa visão explica porque, em nosso país e em outros de igual orientação, os empresários bem sucedidos são transformados em alvo de todo o tipo de empecilhos burocráticos e de cobrança de altos impostos e taxas diversas.

Ao contrário, todos os projetos e empreendimentos sem sucesso são logo socorridos com incentivos, isenções e todo o tipo de ajuda do Estado. Punem os bons e gratificam os incapazes. Essa situação, nos regimes fechados, só persiste porque, no fim das contas, os mais capazes acabam carregando nas costas os menos esforçados, o que acaba resultando sempre em equação de soma zero.

Nos sistemas socializantes a meritocracia acaba sempre sendo socializada ou dissolvida no grupo, o que é sempre ruim e faz com que o progresso cesse de existir. Uma coisa puxa a outra, e acaba que o planejamento centralizado e o intervencionismo estatal se transformam em veneno fatal para a liberdade individual e para o mérito pessoal, vistos nesses regimes como algo burguês.

Desde sempre, a liberdade econômica deve seguir a liberdade política, e isso inclui o indivíduo como peça central. No centro de tudo está a liberdade individual. Isso explica também porque, em sistemas socialistas, o indivíduo é sempre menos de zero e manietado em suas expectativas. A questão é simples: quanto mais centralizado o Estado, menos liberdade é dada aos indivíduos.

Experiências em várias partes do mundo ao longo da história da humanidade mostram que a liberdade econômica e política é essencial ao progresso, não sendo possível a existência de uma sem a outra. É nisso que se funda a chamada ilusão do coletivo. A busca pelo crescimento se difere da busca por privilégios e posições. Isso explica também porque, em governos centralizados, os mediocres estão sempre no entorno do governo, colhendo benesses sem esforço algum. O que surge quando o indivíduo e suas potencialidades são apagadas é sempre um coletivo formado por nulidades descompromissadas com o futuro.

### » A frase que foi pronunciada

A obstinação nas disputas é quase sempre efeito do nosso amor próprio: julgamo-nos humilhados se nos confessamos convencidos.

Marquês de Maricá

### » História de Brasília

Ocorre que Taguatinga, com 70 mil habitantes, recebe 47 litros por segundo, e o Gama, com 22 mil habitantes, recebe 72 litros por segundo. Há injustiça para com Taguatinga. (Publicada em 27/4/1962)